

POR QUE EDITAR AS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS?

Lúcia GRANJA¹

RESUMO *Este artigo analisa algumas crônicas de Machado de Assis, discutindo a importância de editá-las, estabelecer definitivamente seu texto e anotá-las. O artigo também aponta algumas das principais dificuldades de realizar este tipo de trabalho.*

SUMMARY *This article analyses some of Machado de Assis' essays. It also discusses how important is to edit them in a definitive way, that means to establish the final version of its texts and to create explaining notes for them. On the other hand, the article discusses what are some of the main difficulties of this work.*

Tentar traçar em poucas linhas a importância de Machado de Assis para o cenário de nossas letras é, no caso deste escrito, desnecessário. No entanto, um acontecimento dentro dos estudos literários machadianos deverá ser apresentado, neste artigo, como exemplar de uma contradição de nossa vida literária: apesar da qualidade inquestionável da criação de alguns de nossos literatos, existem ainda importantes lacunas. Falta, em geral, pesquisa documental básica, mesmo em relação à obra de um grande mestre como Machado.

As contradições vigentes na sociedade em que viveu Machado certamente atualizam-se na nossa em muitos sentidos. No campo das letras, se não perpetuamos as reclamações que o crítico tinha a fazer em sua época, criamos outras, insuspeitas para esses homens de mais de um século: encontramos estudos teóricos e reflexão crítica de alta qualidade em nossa vida literária, em variadas épocas, sobre períodos e autores diversos. Esse trabalho convive, no entanto, com uma certa penúria dos estudos de textos em fontes primárias e com o estabelecimento de textos definitivos das obras de nossos escritores. Neste caso, incluem-se, por exemplo, as obras escritas para serem publicadas em periódicos. Faltam também edições críticas que contemplem a história da escrita de cada texto, as modificações entre suas várias

¹ Professora de Teoria da Literatura e Literatura Brasileira na Universidade Paulista (Campinas e Jundiá - SP) e Faculdade Padre Anchieta (Jundiá-SP).

versões, assim como o levantamento de fontes literárias, culturais e históricas de nossos escritores.

Seria injusto, porém, apontar tantas “faltas”, sem atribuir mérito àqueles que têm se esforçado para suprir tais lacunas. Estudos com esse objetivo estão sendo produzidos nas universidades brasileiras, pelas novas gerações de pesquisadores, cujas dissertações e teses vêm dando contribuição inestimável à compreensão da obra de nossos escritores: analisam a correspondência ativa e passiva deles, suas anotações e marginália; a recepção de suas obras via crítica jornalística saída à época de sua publicação, além de outras fontes; prestam atenção aos “gêneros menores” a que se dedicaram os escritores, como o jornalismo; tudo isso, entre outros aspectos desses estudos e obras.

Este artigo visa, portanto, a apresentar, por meio de brevíssimas conclusões extraídas de nossa investigação atual, uma pequena parte de nossas pesquisas de fontes, tentando recuperar as dificuldades, em geral, desse tipo de trabalho. Longe de tentarmos criar, ao citar as dificuldades, uma grande contradição com relação à nossa crença na necessidade das pesquisas em fontes primárias, o principal objetivo é mostrar que um dos problemas que se mostram ao pesquisador está ligado a prazos. Isso se deve ao fato de que a maioria das pesquisas de fontes é feita por meio de uma busca minuciosa dos textos, em arquivos geralmente mal organizados, periódicos microfilmados ou, se não microfilmados, frágeis por sua raridade, o que prevê um cuidado físico imensurável com o material. O tempo “sugerido” pelos programas de pós-graduação para o cumprimento dos trabalhos é relativamente curto para esse tipo de pesquisa, em vista do fato de que a busca das informações e textos, por mais que feita com afinco, não pode apresentar, em seu início, uma expectativa precisa de duração. Os prazos diminutos são resultado, na grande maioria dos casos, da pressão que sofrem os departamentos universitários por parte das agências brasileiras financiadoras da pesquisa, as quais, há mais de dez anos, realizam cortes de bolsas e de prazos, muitas vezes arbitrariamente, e, dentro dessa arbitrariedade, não respeitam as peculiaridades das áreas diferentes do conhecimento e trabalhos diferenciados dentro de cada área. Entre eles, como vimos apontando, os trabalhos ligados a fontes, situação genérica para as Humanidades.

Tratemos, porém, de um caso específico. Em Machado de Assis, são principalmente as crônicas jornalísticas que sofrem, ainda, pela falta de edições definitivas que as façam legíveis em nosso dias. Isso significa preparar edições sem erros na transcrição dos textos de sua forma jornalística para a edição em livro². O problema, porém, poderia ter já alcançado solução se fosse apenas esse. A crônica,

² John Gledson foi pioneiro neste tipo de trabalho, em relação à crônica de Machado. Depois de dedicar-se ao estudo de várias facetas da produção literária machadiana, percebeu a importância da edição de suas crônicas e iniciou o árduo trabalho. Começou-o pelas séries mais maduras das crônicas: “*Bons Dias*”, publicada na *Gazeta de Notícias* entre 5 de abril de 1888 e 29 de agosto de 1889 e, a seguir, “*A semana*”, publicada no mesmo jornal, entre 1892 e 1897, com duas participações “soltas” em 1900, das quais Gledson já nos deu a edição dos dois primeiros anos, abril de 1892 a novembro de 1893.

essa “filha de Chronos”, que não tem “pretensões a durar”³, na maioria das vezes, padece pelo distanciamento no tempo entre sua produção e recepção. Apartando-se os dois mencionados momentos, as referências cotidianas do texto, miúdas, são esvaziadas, até mesmo, de seu sentido mais óbvio. Restam acessíveis, aquelas que tratam de assuntos genéricos, de condições da realidade que ainda se verificam, de notícias cujos exemplos desenvolvidos permitem resgatar o fato ocorrido.

É preciso acreditar no valor literário das crônicas-variedades para predispor-se a editá-las definitivamente, o que significa, além de preparar textos sem erros (ou com o mínimo possível de imprecisões), torná-las legíveis para um leitor não contemporâneo à sua produção. Aí entra uma grande dificuldade, pois, muitas vezes, para entendermos o assunto de que trata Machado em sua crônica, é necessário ler o noticiário dos jornais que antecederam à sua publicação, por semanas ou, às vezes, meses. Está compreendido, portanto, por que é necessário acreditar no valor desses textos. Vamos compreender, a seguir, por que esse trabalho vale a pena.

Muitas dessas crônicas antigas, e não só de Machado ou dos escritores canônicos de nossa tradição literária, pedem, por seu interesse imediato, a revelação dos sentidos que ficaram ocultos pela defasagem temporal. Portanto, ler algumas das crônicas de Machado, por vezes nos deixa a sensação de um sabor mutilado pela má combinação entre prato principal e vinho inadequado. Como, geralmente, já conhecemos a obra de ficção machadiana quando nos pomos a ler o jornalismo, percebemos sempre que há nas crônicas uma gargalhada prestes a emergir, a qual é, muitas vezes porém, abortada pela falta de referência imediata dos acontecimentos “rés-do-chão”⁴ que ela comenta. Daí a necessidade de um pesquisador que se debruce sobre a leitura dos jornais da época, entre outras fontes, e prepare edições anotadas das crônicas. Os exemplos que aqui se seguem foram extraídos das crônicas de 1878, publicadas originalmente no jornal *O Cruzeiro*.⁵

“(…)”

Um pouco dessa tolerância, bem podiam tê-la as comissões sanitárias(…).

Descobriu uma de tais comissões que certa casa da rua tal, número tantos, vende água de Vidago e de Vichy, sem que as ditas águas venham efetivamente dos pontos designados nos

³ CANDIDO 1993: 24.

⁴ *Ibidem*.

⁵ O presente trabalho traz os resultados parciais de um projeto desenvolvido e pareceria com o Prof. John Gledson e sem apoio institucional formal. Há mais de um ano, decidimos editar juntos a série de crônicas publicadas em *O Cruzeiro*, as “*Notas semanais*”. A escolha não foi aleatória, mas acreditamos sinceramente na importância de estudar a última série de crônicas que Machado escreveu antes de sua famosa “transformação”, “virada” ou “crise dos quarenta”. Nossa expectativa é encontrar maiores indícios de fatos, idéias, motivos, etc. da decisão, a meu ver, consciente de escrever uma prosa de ficção mais ousada. Gledson, como eu, acredita nisso há já algum tempo. Escreveu em sua introdução a “*Bons Dias!*”, páginas 12 e 13: “Se estas obras nos dizem alguma coisa sobre a história literária, dizem-nos muito acerca da história intelectual do Brasil em geral e de Machado em particular. (...) Essas crônicas, escritas “ao correr da pena” (...) podem revelar-nos alguns traços, menos do ser humano (...) do que do pensador”.

anúncios e nos rótulos. As águas são fabricadas cá mesmo. A comissão entendeu obrigar a casa a dar um rótulo às garrafas, indicando o que as águas eram; e, não sendo obedecida, multou-a.

Há duas coisas no ato da comissão: ingenuidade e injustiça.

Com efeito, dizer a um cavalheiro que escreva nas suas águas de Vidago: - estas águas não são de Vidago, são do beco dos Aflitos, - é exigir mais do que pode dar a natureza humana. Supondo que a população do Rio de Janeiro morre por lebre, e que eu, não tendo lebre para lhe dar, lanço mão do gato, qual é o meu empenho? Um somente: dar-lhe gato por lebre. Ora, obrigar-me a pôr na vianda o próprio nome da vianda; ou, quando menos, a escrever-lhe em cima esta pergunta: onde está o gato? é supor-me uma simplicidade que exclui a beleza original do meu plano; é fechar-me a porta. Restar-me-ia, em tal caso, o único recurso de comparar a soma das multas com a soma dos ganhos, e se esta fosse superior, adotar o alvitre de fazer pagar as multas pelo público. O que seria fina flor da habilidade industrial.”⁶

A citação pertence à segunda parte da primeira crônica que *Eleazar*⁷ publicou no jornal *O Cruzeiro*, em 2 de junho de 1878. Machado assim assinou, além das crônicas, no mesmo jornal, alguma contribuição em crítica literária, as curiosas “fantasias”⁸ que publicou também em rodapé e, finalmente, viera publicando, durante o ano de 1877, *Iaiá Garcia*. No trecho acima, os 124 anos de diferença temporal não nos impedem perceber claramente a ironia do cronista. Este trecho, portanto, é um daqueles que entusiasma, ao se ler a crônica de Machado. No entanto, vasculhando os jornais da época, encontramos detalhes sobre o caso que nos fazem ver que o riso dos contemporâneos da crônica foi mais completo, e mais amargo, do que o nosso poderia ser a princípio. Vale então procurar por mais referências desse assunto, a ver se entendemos completamente o uso retórico da palavra no parágrafo da crônica, o último citado, que nos prova por uma lógica falsa, portanto arbitrária, a “ingenuidade” da comissão sanitária.

Aproximando sua voz narrativa daquela dos “falsificadores” de água, o narrador dá-nos uma premissa, “A população do Rio de Janeiro morre por lebre”, e uma conclusão, “Meu empenho é dar-lhe gato por lebre”. Portanto, em um primeiro instante imediato à leitura, ficam subentendidas as informações que formariam uma espécie de segunda premissa: “Empenho-me em atender à população do Rio de Janeiro” e “Não tenho lebre, mas tenho gato”. Completando o leitor, um momento após a primeira leitura, essas informações, o riso emerge contra os comerciantes embusteiros, mas também contra a população em geral, afeita demais às novidades vindas da Europa, ainda que a preço “de gato por lebre”. A lógica do falso silogismo opera lingüisticamente a inversão de valores que o narrador atribui aos comerciantes multados e tal ironia presta-se, ao mesmo tempo, à “injustiça” da comissão com os “pobres falsificadores” e à “ingenuidade” da mesma comissão sanitária, que parece

⁶ Machado de Assis. “Notas semanais”. In: *O Cruzeiro*, 2 de junho de 1878.

⁷ “Eleazar” foi a pseudônimo que Machado usou em suas colaborações assinadas para *O Cruzeiro*.

⁸ Além das crônicas, fazem parte também de uma observação mais apurada da publicação de Machado para *O Cruzeiro*, as fantasias: “O bote de rapé”, “A sonâmbula”, “Um cão de lata ao Rabo”, entre as outras que publicou anteriormente a assumir o comando da crônica da semana.

crer que a multa aplicada resolveria o embuste comercial. Colocando-se, então, na pele dos comerciantes, quase como se fosse uma personagem, o narrador da crônica prossegue e termina o referido parágrafo em primeira pessoa, trazendo, só neste momento, para o nível do explícito, as informações sobre a índole profissional dos comerciantes, que se superariam como arditos negociantes, após a desditosa multa, pensando em um jeito de cobrá-la, por sua vez, ao bolso dos consumidores. As considerações finais do parágrafo tornam excessiva, portanto, a ingenuidade da comissão e o riso violento volta-se imediatamente contra ela, uma vez que a atitude sugerida às casas de comércio antes da multa, colocar no rótulo das garrafas o que as águas eram verdadeiramente (“por na vianda o próprio nome da vianda”, ou ainda “escrever-lhe a pergunta – Onde está o gato?”), alça as raias da simploriedade, da toleima, o que, é lógico, não se justifica para um órgão de fiscalização governamental.

As farsas comerciais atualizam-se em nossos dias. Com ou sem elas, porém, simplesmente pela leitura da crônica, podemos entender o que vem acima esmiuçado e analisado. Assim sendo, o propósito de anotar este trecho da crônica seria colocar o leitor atual, o mais possível, em igualdade de condições com público de Machado da época. Isso nos traz ainda a vantagem de conhecer melhor a história intelectual de Machado de Assis.⁹ Desse modo, é necessário perguntarmo-nos por que motivo a ironia em relação a esse assunto é tão trabalhada no texto machadiano, já que nem todos os assuntos da crônica são alvo do mesmo procedimento literário e elaboração textual. Para responder a essa questão, o primeiro caminho é uma consulta aos jornais, atenta, meticulosa. Várias eram as comissões sanitárias que fiscalizam estabelecimentos, lugares públicos, bairros, etc. do Rio de Janeiro da época. Segundo se pode ler na *Gazeta de Notícias* de quarta-feira, 22 de maio de 1878, em “Ocorrências da rua”, a comissão sanitária da Candelária, ao descobrir que as águas minerais eram falsificadas, intimou os donos das diversas fábricas de águas minerais da travessa do Ouvidor, a escrever nos rótulos o dístico “artificiais”, o que eles não cumpriram e, por isso, foram multados. Praticamente todos os dias, havia nos jornais notícias sobre as atitudes de tais comissões. Por menores que fossem seus atos, apareciam nos jornais, com seriedade. A partir daí, já podemos arriscar uma hipótese: a importância dada a elas e ao assunto da higiene não estaria ligada à preocupação sanitária com as tantas epidemias que assolavam o Rio de Janeiro? Naquele tempo, na maioria das vezes, acreditava-se serem responsáveis pela transmissão de doenças endêmicas e contaminação, os “miasmas morbíficos”, ou venenos que “evaporavam” de substâncias vegetais ou animais em putrefação, provindos da falta de higiene da cidade.¹⁰

Para efeitos deste escrito, deixaremos de desenvolver considerações a respeito da relação entre a ideologia da higiene na segunda metade século XIX e as políticas

⁹ GLEDSON 1990: 12.

¹⁰ CHALHOUB 1999: 69.

vigentes no poder, que davam forma a tais teorias, conforme nos mostra Sidney Chalhoub¹¹. Resta, porém, a agressividade de Machado em relação à comissão sanitária da Candelária, que pudemos observar por meio dos comentários que tece na crônica. Dessa maneira, podemos esboçar alguma conclusão a respeito da posição política assumida por Machado nesse caso: na opinião do cronista, havia uma defasagem injustificada entre o papel das comissões sanitárias e as efetivas atitudes em prol da saúde pública. O cronista, no entanto, toma a sua atitude por escrito, no espaço do jornal, alertando o público leitor de sua crônica quanto à ineficiência das comissões (e não só por falta de competência delas, como veremos), a despeito de sua aparição freqüente nos jornais, e conseqüentemente, contra a ineficiência das políticas de saúde em vigor.

Em outras crônicas, ao que parece, Machado posicionou-se de maneira semelhante. Em 14 de junho de 1889, em crônica da série da série “Bons Dias!”, o relojoeiro Policarpo, personagem-narrador dessa série, refere-se com nostalgia aos jornais velhos: “Ó doce, ó longa, ó inexprimível melancolia dos jornais velhos”¹². Tanta melancolia presta-se à introdução de uma discussão da oposição entre medicina e curandeirismo naquela sociedade, com evidente ganho para o curandeirismo, na crônica. Assim sendo, talvez possamos refletir em que medida as idéias e atitudes dos higienistas conseguiam alcançar efetivamente grande parte da população da cidade.¹³ O narrador da crônica nos diz:

“Jornal antigo é melhor que cemitério, por esta razão que no cemitério tudo está morto, enquanto que no jornal está vivo tudo. (...) o baile de ontem, a romaria de amanhã, uma explicação, um discurso, dois agradecimentos, muito elogios; é a própria vida em ação. Curandeiros por exemplo. Há agora uma verdadeira perseguição a eles. (...) todos parecem haver jurado a exterminação dessa classe interessante. O que lhes vale ainda um pouco é não terem perdido o governo da multidão (...).”¹⁴

O trecho nos mostra com clareza, assim como o restante da crônica, um certo domínio dos curandeiros sobre a população. Se naqueles dias eram perseguidos¹⁵, haviam sido outrora famosos, como um certo Gomes, “que fazia prodígios”¹⁶, e requeridos pela população nos jornais: “Roga-se ao senhor que cura erisipelas, feridas etc., de aparecer na rua do Valongo n.º 147”.¹⁷ Quase no final da crônica, o narrador faz uma ironia que atesta em favor dos curandeiros: “Todas essas drogas

¹¹ CHALHOUB 1999.

¹² GLEDSON 1990:194.

¹³ CHALHOUB 1999:168.

¹⁴ GLEDSON 1990: 194-195.

¹⁵ A edição anotada de “Bons Dias!”, preparada por John Gledson, confirma neste ponto a perseguição. Segundo Gledson, quase todos os dias nos jornais havia notícia de mais uma detenção de um curandeiro. GLEDSON, 1990: 194, nota 2.

¹⁶ GLEDSON 1990: 195

¹⁷ *Ibidem*

curavam, assim as legítimas como as espúrias. Se já não curam, é porque todas as coisas deste mundo têm princípio, meio e fim."¹⁸ Não é preciso dizer que o subentendido da afirmação machadiana é de que se as drogas dos curandeiros já não curavam, era simplesmente porque atestava-se, naquela época, o fim deles e de seus medicamentos. Dessa forma, a posição irônica de Machado em relação à comissão sanitária da Candelária afina-se com o "elogio" que o cronista de 1889 fará desses "falsos médicos".¹⁹

Podemos ainda reforçar a idéia de uma coerência das opiniões machadianas nas crônicas uma década distantes, o que reforça a tese de que as crônicas são um bom lugar para traçar um perfil intelectual do escritor. Trazemos para a discussão uma outra ironia em relação às comissões sanitárias. Neste caso, é imprescindível que conheçamos o noticiário dos jornais para que atentemos com o sentido exato do humor que contém o texto machadiano. Não esgotaremos absolutamente, nesse espaço, a análise do longo trecho que vamos citar, mas, com certeza, valerá a pena sua leitura:

"Mas o caso verdadeiramente curioso foi o que aconteceu, há dias, à nossa edilidade. Ia a edilidade em seus trabalhos, quando entrou na sala das sessões o fiscal da Candelária, trazendo pela mão um cavalheiro de ar complicado e nariz interrogativo. O fiscal apresentou-o com todas as formalidades usuais. O nariz da edilidade não ficou menos interrogativo que o do cavalheiro, que era nem mais nem menos um problema jurídico.

-Trata-se disto, começou o problema. Há de saber que houve um incêndio na galeria das Mil Colunas, cujo verdadeiro número não excede a vinte e quatro. Ficou ali uma grande porção de gêneros, que, depois de se corromperem a si próprios, corromperam o ar ambiente, e entraram a corromper os pulmões da vizinhança. O aroma desses restos só difere do da água de Colônia no único ponto de ser totalmente outro. O meu nobre amigo, aqui presente, compreendendo que a porção de munícipes a seu cargo mal poderia sofrer a vizinhança de tais restos, foi ter com os respectivos donos e intimou-os a removê-los dali; os donos responderam que haviam passado essa obrigação às companhias de seguros. Sem perda de tempo, dirigiu-se o meu nobre amigo às companhias de seguros, e delas ouviu que nem tinham recebido semelhante obrigação, nem sequer a conheciam de vista; que, naturalmente, a obrigação ficara com os donos dos gêneros. Voltou o meu nobre amigo aos donos, que o remeteram outra vez para elas, e elas para eles, até que, insistindo eles e elas no mesmo propósito, achou-se o meu nobre amigo diante de um problema, que sou eu, a saber: -A quem pertence a obrigação de remover os restos corruptos? *It is the rub*. Resolve-me ou devoro-te.

A edilidade, que tem notícia de Édipo, enfiou ao ouvir as últimas palavras do problema; mas dissimulou como pôde, fê-lo sentar, mostrou-lhe uma litografia, leu-lhe o tratado de Santo Stefano, recitou-lhe a *Lua de Londres*; em seguida, elogiou-lhe o padrão das calças. Esgotadas todas essas diversões, sem que o problema parecesse disposto a sair, a edilidade coligiu todas as forças, encarou-o com solenidade e disse:

— Não é fácil nem difícil o que me propõe; e todavia é uma e outra coisa. Talvez a obrigação pertença unicamente aos donos, porque são donos; mas não é fora de propósito que pertençam às companhias, que já lhes pagaram. O meio infalível de saber a qual das

¹⁸ GLEDSON, 1990:196.

¹⁹ É fundamental para essa análise contarmos com o fato de a crônica de "Bons Dias!" estar contextualizada pelos comentários de John Gledson.

duas partes corre o dever de que se trata, é indagar a qual delas não incumbe. Neste ponto a negativa de ambas é assaz enérgica...

— Mas em suma, interrompeu o problema, a quem pertence a obrigação?

— Penso que ao bei de Tunis. Não vejo outra pessoa; é, na verdade, o único a quem se pode razoavelmente imputar a obrigação de remover os detritos, que estão envenenando a vizinhança da galeria das Mil Colunas. O bei, na qualidade de infiel e gentio, tem parte nos flagelos com que a Providência castiga os homens. O incêndio é um de tais flagelos; o das Mil Colunas entra nessa categoria. Nada temos, pois, com as companhias, nem com os donos; mas tão somente com o bei. Se não é a esse que incumbe a obrigação, então não precisa ir mais longe, não dê tratos à cabeça, não cogite um instante mais: a obrigação é do cardeal camerlengo, cujas orações deveriam ter afastado da galeria das Mil Colunas o aludido flagelo, e conseqüentemente (sic) preservado os gêneros da podridão, e a vizinhança do tifo.

O problema declarou-se satisfeito com esse modo de ver, e levou o cavalheirismo ao ponto de oferecer-se para pagar os telegramas; a edilidade, porém, retorquiu dizendo que, pelos regulamentos em vigor, não podia entender-se diretamente com o bei nem o cardeal; e acrescentou que o melhor modo de remediar a dificuldade era arquivá-lo, a ele, problema. Este rejeitou o alvitre como ofensivo da dignidade de todos os problemas; e, convertendo-se em dilema, sacou uma pistola do bolso e apontou-a ao peito da edilidade. Nessa apertada situação, a edilidade não teve outro recurso mais do que confiá-lo ao seu advogado, que irá pleitear o caso nos tribunais. Quanto aos detritos...²⁰

A pequena história contada dentro da crônica, publicada em 9 de junho de 1878 em *O Cruzeiro*, faz rir. Novamente aparece a comissão da Candelária, na figura agora de um fiscal que, levando um problema à câmara municipal, não alcança a sua solução; pelo contrário, em torno dele se fazem considerações mirabolantes. É evidente a crítica nada anódina à edilidade na solução de problemas do município, mas devemos observar que a hipótese levantada para a crônica de 2 de junho de 1878, que dependeu da leitura dos jornais, interessa muitíssimo a essa crônica. Se o discurso oficial dos higienistas a respeito dos miasmas interessava muitíssimo à solução das epidemias, podemos observar como Machado o incorpora à história que constrói por causa do incêndio, cujos detritos “corromperam o ambiente e os pulmões da vizinhança”. Apesar da piada a respeito do mau cheiro dos detritos em decomposição, “O aroma desses restos só difere do da água de Colônia no único ponto de ser totalmente outro”, o fato de eles corromperem os pulmões das pessoas remete-nos diretamente a uma doença epidêmica na época, a tuberculose, além do tifo que ele cita. Resta-nos saber, para que possamos entender o alcance da crítica de Machado, uma coisa que os seus contemporâneos conheciam perfeitamente: a data do incêndio. Vasculhando os microfímes, descobrimos no *Jornal do Comércio* de 4 junho de 1878, nas publicações “a pedidos”, uma abaixo assinado de proprietários de lojas da Galeria Mil Colunas, agradecendo às companhias de seguros pelo ressarcimento do prejuízo que causara o incêndio de 12 de maio. A crônica, portanto, ironiza a defasagem temporal de um mês sem qualquer atitude de higienização por parte das autoridades, o que, com certeza, nos mostra o

²⁰ MACHADO DE ASSIS. “Notas semanais”. In: *O Cruzeiro*, 9 de junho de 1878.

descompasso entre a ideologia da higiene, adotada pelos discursos e atitudes oficiais, e o descaso das autoridades. Nesse caso, talvez os desentendimentos entre os órgãos e lugares governamentais expliquem a necessidade de a população recorrer ao curandeirismo em relação aos seus problemas de saúde.

Muito haveria que se identificar, ainda, na história contada pela crônica de 9 de junho. É evidente a abundância de referências culturais, literárias principalmente, que aparecem, em seu desenrolar, como uma maneira de a edibilidade “enrolar” o problema que se lhe é apresentado. Esperamos, no entanto, e este era o nosso objetivo, demonstrar o vivo interesse dessa pesquisa das fontes machadianas e estabelecimento de texto. Mais do que isso, gostaríamos de assinalar que um trabalho dessa natureza não se constrói sem tempo e apoio institucional. Neste pequeno texto, estão contidos pelo menos três trajetos de pesquisadores que se preocuparam com o exame de fontes primárias. Resta reivindicar, em nome do desenvolvimento da cultura em nosso país, que não se pautem as decisões dos burocratas em unanimidades extremamente prejudiciais às peculiaridades de cada trabalho de pesquisa. Corre-se o risco de estarmos fazendo, ainda, um papel semelhante ao dos legisladores da crônica machadiana: empurrando para longe um problema de “ar complicado e nariz interrogativo”...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANDIDO, Antonio. (1993). “A vida ao rés-do-chão”. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHALHOUB, Sideny. (1999). *Cidade Febril*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MACHADO DE ASSIS. (1990) *Bons Dias!* Introdução e notas de John Gledson. São Paulo; Campinas: HUCITEC/UNICAMP.
- MACHADO DE ASSIS. (1996). *A Semana*. Introdução e Notas de John Gledson. São Paulo: HUCITEC.
- MACHADO DE ASSIS. (1950). “O Cruzeiro”. *Obras completas*. Rio de Janeiro, Jackson, vol. 23.